



**O Patrimônio Cultural da Cidade de Herval/RS - Brasil:  
Investigações a partir da Documentação Histórica**  
*The Cultural Heritage of the City of Herval/RS - Brazil: Investigations  
Based on the Historical Documentation*  
*El Patrimonio Cultural de la Ciudad de Herval/RS - Brasil:  
Investigaciones a partir de la Documentación Histórica*

SILVEIRA, Aline Montagna da<sup>1</sup>  
AIRES, Anderson Pires<sup>2</sup>  
STEIN, Luísa Paganini<sup>3</sup>  
OLIVEIRA, Ana Lúcia Costa de<sup>4</sup>

<sup>1</sup>Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Núcleo de Estudos de Arquitetura e Urbanismo,  
Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, Brasil.  
alinemontagna@yahoo.com.br  
ORCID ID: 0000-0002-9723-7746

<sup>2</sup>Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Núcleo de Estudos de Arquitetura e Urbanismo,  
Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, Brasil.  
anderson.pires.aires@gmail.com  
ORCID ID: 0000-0002-4928-1312

<sup>3</sup>Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, Brasil.  
luisapgstein@gmail.com  
ORCID ID: 0000-0002-4072-050X

<sup>4</sup>Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Núcleo de Estudos de Arquitetura e Urbanismo,  
Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, Brasil.  
lucostoli@gmail.com  
ORCID ID: 0000-0002-4608-2764

Recebido em 26/10/2021 Aceito em 04/04/2022



## 1. Resumo

As possibilidades de identificação e de reconhecimento do patrimônio cultural hervalense a partir da documentação histórica oficial, produzida entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, representaram a gênese deste estudo, que se insere no projeto de pesquisa Inventário do Patrimônio Arquitetônico da Cidade de Herval, Rio Grande do Sul – Brasil. A investigação debruçou-se sobre os quatorze registros textuais encontrados, publicados anualmente de 1899 a 1931, pela Intendência Municipal de Herval. As informações contidas na documentação foram tabuladas e agrupadas em quatro categorias de análise estabelecidas para este estudo, sendo elas Impostos Territoriais e Prediais, Obras Públicas, Instrução Pública e Salubridade. As narrativas presentes nesses documentos possibilitaram compreender as principais temáticas abordadas e os encaminhamentos para questões que pautavam o cotidiano da administração local no período. A partir delas, foi possível observar que as categorias de Impostos e de Obras Públicas foram as que apresentaram resultados mais expressivos para este estudo. Os resultados encontrados contribuíram para a identificação e a valoração de exemplares que integram o patrimônio cultural da cidade, repercutindo nas tomadas de decisão que visam orientar as políticas públicas voltadas à salvaguarda do patrimônio cultural hervalense.

**Palavras-chave:** Patrimônio Arquitetônico; Patrimônio Cultural; Fontes Históricas; Documentação.

## 2. Abstract

The possibilities for identifying and recognizing the cultural heritage of the city of Herval, based on the official historical documentation produced between the end of 19<sup>th</sup> and the beginning of the 20<sup>th</sup> century, has been the genesis of this study. It is part of the Inventory of the Architectural Heritage of the municipality of Herval, Rio Grande do Sul – Brazil research project. The study focused on fourteen textual records published annually from 1899 to 1931 by the Municipal Council of Herval. The information in the documents was organized and gathered into four categories of analysis, such as Territorial and Building Property Taxes, Public Buildings and Constructions, Public Instruction, and Health. The narratives found in these documents made it possible to understand the main themes addressed and the forwarding of issues that guided the daily life of local administration in that period. With that, it was possible to observe the categories of Property Tax and Public Buildings and Constructions were the ones that presented the most expressive results for this study. The results found contributed to the identification and valuation of pieces that are part of the city's cultural heritage, reflecting on decision-making aimed at guiding public policies that intend to safeguard the cultural heritage of Herval.

**Key-Words:** *Architectural Heritage; Cultural Heritage; Historical Sources; Documentation.*

## 3. Resumem

Las posibilidades de identificación y reconocimiento del patrimonio cultural de Herval a partir de la documentación histórica oficial producida entre finales del siglo XIX y las primeras décadas del siglo XX han sido la génesis de este estudio. Forma parte del proyecto de investigación Inventario del Patrimonio Arquitectónico de la Ciudad de Herval, Rio Grande do Sul - Brasil. La investigación se centró en catorce registros textuales publicados desde 1899 hasta 1931 por la Intendencia Municipal de Herval. La información encontrada en la documentación se tabuló y agrupó en cuatro categorías, a saber, Tasas de Tierras y Edificaciones, Obras Públicas, Instrucción Pública y Salud. Las narrativas presentes en estos documentos permiten comprender los principales temas tratados y las referencias a cuestiones que guiaron la vida cotidiana de la administración local en ese período. A partir de ellos, se pudo observar que las categorías de Impuestos y Obras Públicas fueron las que presentaron los resultados más expresivos para este estudio. Los resultados encontrados contribuyeron con la identificación y valoración de ejemplares que forman parte del patrimonio cultural de la ciudad, reflejando la tomada de decisiones que tienen como objetivo guiar las políticas públicas orientadas a salvaguardar el patrimonio cultural de Herval.

**Palabras clave:** Patrimonio Arquitectónico; *Patrimonio Cultural; Fuentes Históricas; Documentación.*



## 1. Introdução

O projeto de pesquisa Inventário do Patrimônio Arquitetônico da cidade de Herval, Rio Grande do Sul - Brasil foi proposto em 2019, com o intuito de identificar bens de valor cultural passíveis de patrimonialização no sítio histórico da cidade de Herval. Este ensaio consiste em um recorte desse projeto, que teve como mote compreender em que medida a documentação histórica, sobretudo a primária, poderia auxiliar na compreensão do processo de consolidação da cidade nas primeiras décadas do século XX.

O estudo pautou-se na análise de um recorte temporal da documentação oficial do período, que permitiu construir uma narrativa sobre a cidade de Herval na virada do século XIX para o século XX. A partir dessa investigação, pretende-se apontar quais narrativas são explicitadas na documentação pesquisada. As fontes de pesquisa utilizadas neste trabalho foram os relatórios da Intendência Municipal de Herval, publicados no período de 1899 a 1931. A documentação oficial foi cotejada com o referencial teórico e com a iconografia do período, de forma a possibilitar uma leitura mais ampla do objeto de estudo.

A compreensão da narrativa oficial sobre a cidade configura-se como uma das possibilidades de conhecer sua conformação espacial na época, além de permitir a identificação dos remanescentes desse período, em geral obras públicas. Nessa perspectiva, essa leitura da cidade pode contribuir para o reconhecimento e a valoração dos bens que integram o patrimônio cultural da cidade.

## 2. A investigação histórica e a identificação do patrimônio cultural

Uma das maneiras de reconstruir a história de uma localidade é a pesquisa histórica. A partir dela, é possível identificar acontecimentos que se desenvolveram em uma linearidade temporal e que levaram a uma sucessão de outros eventos que marcaram o objeto de estudo. Tais episódios podem ser registrados de diversas maneiras, como por exemplo, produção de mapas, redação de relatórios, prestação de contas de uma administração, atas de reuniões, etc.

Seja qual for a forma de registro adotada, existem duas possibilidades de investigação que o pesquisador pode utilizar em relação às fontes disponíveis para a pesquisa histórica. Aróstegui (2006) indica que as fontes de pesquisa se dividem em fontes seriadas e não seriadas. No primeiro caso, a documentação analisada possui uma ordem cronológica definida que permite a reconstrução histórica de forma linear, entendendo como os acontecimentos ocorreram a partir de uma sequência temporal.

Aróstegui (2006) ainda aborda que, quando as fontes são caracterizadas como não seriadas, é necessário organizar o material identificado e coletado para que uma linha temporal possa ser elaborada. Dessa forma, a análise dos dados ocorrerá de forma linear, mesmo que a ausência da seriação implique em lacunas históricas.

O material selecionado para a compreensão de Herval caracteriza-se como uma documentação seriada que apresenta lacunas, já que os relatórios da Intendência Municipal – principal material analisado para a realização deste estudo – não apresentavam todos os documentos do período. Dessa forma, optou-se por cotejar as informações dos relatórios com outras fontes de investigação, em especial a documentação cartográfica e iconográfica sobre a cidade.

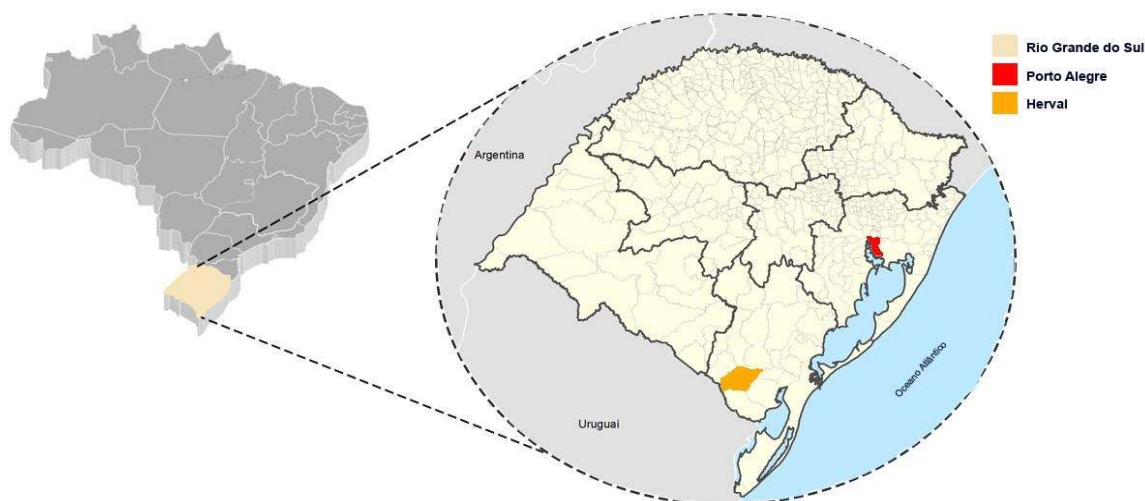
A pesquisa histórica consiste em uma investigação importante para a identificação do patrimônio cultural. Isso porque permite que as narrativas sobre as diversas camadas que compõem o tecido

urbano possam emergir e auxiliar na valoração dos bens culturais que integram essa paisagem. Dessa forma, a narrativa utilizada nas documentações oficiais pode ser espacializada e materializada na malha que organiza a cidade.

### 3. O objeto de estudo: Herval no final do século XIX

Herval localiza-se na metade sul do Rio Grande do Sul, na microrregião de Jaguarão e na mesorregião do Sudeste Rio-Grandense, segundo as divisões regionais adotadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e no Conselho Regional de Desenvolvimento Sul, segundo a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão do Estado do Rio Grande do Sul (IBGE, 2020a; SEPLAN-RS, 2015). Encontra-se na região do Bioma Pampa, também denominado Campos Sulinos ou Campos do Sul (IBF, 2020). O município situa-se na fronteira Brasil-Uruguaí (Figura 1) e, anteriormente, era denominado São João Baptista do Erval, em referência ao padroeiro da cidade. A grafia Herval foi adotada oficialmente a partir da década de 1980, por decisão municipal (IBGE, 2020b).

**Figura 1:** Localização da cidade de Herval.



Fonte: Acervo digital dos autores (2020).

Assim como ocorreu em diversas localidades no final do século XIX, a ocupação de Herval teve início antes da instalação da freguesia. Medeiros (1980) indicou que a povoação começou a ser erigida em 1786, quando 50 casas de pau a pique foram construídas e 250 pessoas passaram a ocupar o local onde anteriormente instalara-se a Guarda do Acampamento de Piratini. Embora o pesquisador Rubens Fagundes Machado tenha encontrado no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa documentações da década de 1770 que fazem alusão a um possível acampamento anterior a 1786 (SILVA, 2017), a história oficial atualmente utiliza o ano de 1786 como inicial para a ereção da povoação.

O acampamento erguido por Rafael Pinto Bandeira atraiu diversos cidadãos, que edificaram suas moradias nas proximidades. Com a retirada das tropas do local, o proprietário dos terrenos exigiu a sua posse. Diante disso, cinco moradores se uniram, adquiriram o terreno e reedificaram a igreja sob a invocação de São João Baptista (COSTA, 1922).

A partir desse período, a localidade passou a receber um número mais expressivo de moradores e surgiu a necessidade de uma representação eclesiástica para registro de atividades como



nascimentos, batismos, casamentos e sepultamentos.

Isso foi possível com a instalação da capela e da freguesia, que ocorreu no decênio de 1820. Um alvará emitido pelo Imperador D. Pedro I em 18 de janeiro de 1825 (LIVRO, [18--]) elevou o povoado à categoria de Freguesia de São João Baptista do Herval, vinculada à Freguesia de Jaguarão, e definiu seus limites territoriais. A partir da elevação, a localidade passou gradativamente a receber mais moradores e expandiu-se física e demograficamente.

Com as expansões e mudanças na povoação paroquiana, ela passou a ter mais destaque na região e isso permitiu que a freguesia fosse elevada a Vila de São João Baptista do Herval através da Lei Provincial Nº 1.326, de 20 de maio de 1881 (FORTES; WAGNER, 1963). A instalação do município ocorreu pouco tempo depois, em 27 de março de 1883. A elevação à categoria de vila possibilitou, entre outras transformações, que a localidade passasse a contar com uma Câmara Municipal, permitindo que decisões relativas à administração local fossem centralizadas na Vila.

Em 1885, a Assembleia Provincial de São Pedro do Rio Grande do Sul decretou a Lei Provincial Nº 1488, de 13 de novembro de 1885, que aprovava o Código de Posturas da Câmara Municipal da Vila de São João Baptista do Herval, datado de 18 de novembro de 1883 (COLECÇÃO, 1887).

A Planta da Vila do Herval, elaborada pelo agrimensor Samuelo Frederico Blau em 1898, foi a primeira representação cartográfica encontrada. A planta demonstrava que a organização do traçado urbano seguia a forma reticulada e desenvolvia-se a partir da Praça Marquez do Herval, tendo um quarteirão a Noroeste, três a Nordeste, três a Sudeste e dois a Sudoeste (Figura 2). Além disso, possuía cinco vias transversais: ruas da Independência (atual R. José M. D'Ávila), do Comércio (atual R. Marechal Deodoro), da Constituição (atual R. Pinto Bandeira), das Flores (atual R. Marechal Floriano) e da Câmara Municipal (atual R. Carlos Barbosa) e cinco vias longitudinais: ruas Bonifácio Nunes, da Matriz (atual R. Júlio de Castilhos), Boa Vista (atual R. XV de Novembro), dos Artistas (atual R. Borges de Medeiros) e Dr. Ferreira.

O mais antigo documento impresso sobre administração pública encontrado sobre Herval data de 1899, um ano após a provável data da elaboração da Planta da Vila. Através dele, e dos subsequentes de mesmo teor jurídico, as receitas e despesas, que seriam condicionantes nos melhoramentos da cidade, passaram a ser definidas anualmente. Dessa forma, a partir desse período, foi possível investigar as decisões sobre a administração local, apresentadas nos relatórios anuais que o Intendente Municipal encaminhava para aprovação do Conselho Municipal.





**Figura 3:** Capa dos documentos investigados encontrados no acervo do CEDOC - CEIHE: a publicação mais antiga data de 1899 e a mais recente de 1932 (SÃO JOÃO BAPTISTA DO HERVAL, 1899; MUNICÍPIO DO HERVAL, [1932?]).



Fonte: Acervo CEDOC – CEIHE.

Nesses documentos, o Intendente apresentava ao Conselho Municipal os principais fatos/eventos de sua gestão no período e esclarecia quais medidas seriam tomadas no exercício do ano seguinte. Indicava ainda uma proposta de orçamento para o ano subsequente. A movimentação financeira desses documentos estipulava a data de 31 de outubro para conclusão do balanço anual.

Os relatórios propriamente ditos apresentavam informações referentes à administração do local, incluindo tópicos como aspectos financeiros, limites territoriais, ordem pública e higiene, obras públicas e instrução.

Durante o período estudado, Herval foi administrada por diversos intendentes e, em alguns casos, por vice intendentes. Foram eles: Emílio da Silva Tavares (1898); Onofre de Freitas Gomes (1903 e 1904); Sebastião Ignácio D'Ávila, vice intendente (1905); Luiz Osório D'Ávila, vice intendente (1906 e 1907); Albino da Silva Silveira (1909); Ignácio Soares de Azambuja (1914); Tenente Coronel Rosalino Pedro da Silva (1918); Coronel Samuel de Siqueira Claro Junior (1924); Capitão Alfredo Leopoldo D'Ávila (1926, 1928); Capitão Malvino Pires Fontoura (1931).

No campo da arquitetura e do urbanismo, interessam particularmente os aspectos da documentação relativos às obras públicas. Esses registros, assim como os relatórios da Presidência da Província, constituem importantes fontes para a investigação e consequente leitura da cidade no tocante às construções erigidas e à organização espacial, por indicar a realização de obras públicas. Em seu estudo sobre a arquitetura e o urbanismo do Rio Grande do Sul, Weimer já havia indicado a importância desses documentos no âmbito da província de São Pedro do Rio Grande do Sul.



Um dos encargos destes presidentes era fazer um relato de sua administração, 1º de dezembro de cada ano, à Assembleia (chamada de Conselho-Geral) e a seu sucessor quando de sua substituição. Esses são documentos muito importantes pois relatam o que estava sendo feito também em termos de obras públicas (WEIMER, 1999, p.73).

Eventualmente outros tópicos dos relatórios podem apresentar alguma informação de interesse. Neste estudo, essas informações foram sistematizadas com o objetivo de auxiliar na compreensão do patrimônio edificado da cidade. O processo de sistematização da documentação pesquisada pautou-se na leitura de todos os documentos e na elaboração de uma planilha com os dados encontrados nos relatórios.

Após a primeira ordenação, as informações foram agrupadas em categorias que permitiram o processo de análise da formação da cidade. As categorias adotadas para este estudo foram: Impostos Territoriais e Prediais, Obras Públicas, Instrução Pública e Salubridade. Algumas informações gerais que não se encontravam nos tópicos indicados acima foram agrupadas em função da sua similaridade com as categorias estabelecidas.

As informações textuais encontradas foram cotejadas com a documentação fotográfica presente nos relatórios e com outras informações bibliográficas sobre a cidade (MEDEIROS, 1980; COSTA, 1922), buscando ampliar a compreensão das obras apresentadas. Os dados coletados foram agrupados por temática dentro de cada categoria e dispostos em ordem cronológica. Dessa forma, tornou-se possível vislumbrar as questões abordadas em cada período, bem como as transformações que ocorreram na redação dos relatórios (e conseqüentemente no cotidiano da cidade) ao longo de tempo.

## **5. As possibilidades de leitura a partir da categoria impostos**

A categoria Impostos regulamentou questões relativas a Impostos Prediais e Territoriais. Alguns imóveis tinham direito à isenção de impostos, que era aplicada em algumas edificações e/ou situações (igrejas, capelas, cemitérios, prédios pertencentes a viúvas e menores órfãos de reconhecida pobreza, as sociedades recreativas e científicas e os ranchos de capim), para incentivar novos empreendimentos na cidade ou melhoramentos que deveriam ser realizados nas construções e nas suas áreas adjacentes, em função do cumprimento das Posturas Municipais. Em relação aos novos empreendimentos, foi possível constatar a autorização de isenções para a instalação de um teatro ou cinema (MUNICÍPIO DO HERVAL, 1924) e de um hotel na vila (MUNICÍPIO DO HERVAL, 1929).

Essa categoria de análise possibilitou algumas leituras da ambiência urbana. Primeiro, permitiu determinar uma área onde os regramentos eram mais rigorosos, que provavelmente coincidia com o perímetro urbano da vila. Segundo, evidenciou um interesse explícito do poder público em estabelecer uma regularização e uma padronização dos imóveis localizados dentro dessa área.

Foi possível destacar a cobrança de tributos sobre edificações e muros inacabados, ou seja, que não se encontravam rebocados, dentro do perímetro urbano, evidenciando uma preocupação com a aparência da cidade. A delimitação da área de cobrança desse imposto compreendia o polígono apresentado na Figura 4, sugerindo uma preocupação estética com as edificações localizadas na malha urbana consolidada do município no período estudado.

Em função desse regramento, todos os imóveis com paredes ou muros não rebocados dentro dos limites especificados na Figura 4 estavam sujeitos ao pagamento de taxas que variavam entre 500 a 1000 Réis, entre os anos de 1904 e 1931. A espacialização da área delimitada na documentação mostra que houve uma redução da área definida inicialmente, de quinze para seis quarteirões, diminuindo as áreas de borda e definindo um recorte mais próximo à praça principal.





No intervalo de tempo entre 1901 e 1931, a Intendência Municipal passou a exigir a construção de platibandas nas novas edificações e nas já existentes (Figura 5). Essa transformação ocorreu não somente em Herval, já que foi recorrente em outras cidades brasileiras nesse período. Nas novas edificações, a inserção desses elementos possibilitou, além da condução das águas pluviais, a modernização das cidades através da inserção da linguagem eclética. Em contrapartida, essa imposição levou à substituição de um elemento expressivo da arquitetura luso-brasileira, os beirais aparentes, alterando de maneira significativa a paisagem urbana. Weimer comenta essa transformação, verificada nas cidades gaúchas.

[...] os novos códigos passaram a apresentar algumas inovações. A mais visível era a exigência da substituição dos largos beirados característicos do período colonial, por platibandas sob a alegação de que a solução antiga derramava água sobre os transeuntes ao contrário da nova solução onde as águas eram captadas por uma calha e canalizadas para a sarjeta (WEIMER, 2004, p.136).

A forma que a administração pública municipal empregou para a implementação dessa nova maneira de construir (e de alterar as preexistências) foi através da isenção de impostos prediais. Em 1901, a documentação pesquisada indicava que “os prédios em que forem substituídas as antigas beiras de telhados por platibandas, ficarão isentos do pagamento do imposto predial” (MUNICÍPIO DO HERVAL, 1901, p. 21).

O período de maior incentivo a essa padronização parece ter sido a partir do ano de 1905. No mesmo documento, ficou estabelecido o período de isenção de 3 anos para os imóveis existentes nos quais fossem construídas platibandas. Já as edificações novas, construídas com esse elemento desde a sua concepção, eram isentas por 10 anos (MUNICÍPIO DO HERVAL, 1904). Esse incentivo foi mantido até 1909. A partir dessa data os prazos foram alterados.

Os proprietários que fizerem platibandas em suas casas, durante o exercício de 1910 ficam isentos do imposto predial pelo tempo de 4 anos, e os que edificarem casas com platibandas no mesmo exercício, de acordo com o art. 9 e 10 do código de posturas, ficam isentos do referido imposto por 10 anos (MUNICÍPIO DO HERVAL, 1909, p.19).

A isenção para as adaptações (ou reconstruções) foi mantida ao longo do tempo, por um período de 4 anos, até o ano de 1931. O benefício de isenção para as novas construções também foi observado ao longo da documentação pesquisada, mas apresentou variações. Inicialmente, era previsto por 10 anos. No recorte temporal entre 1914 e 1928, o período de isenção para edificações novas não aparece explicitado na documentação. Em 1926, foi reduzido para 8 anos e, em 1929 para 5 anos, mantendo-se até 1931, data do último documento encontrado.

A documentação pesquisada, em função das lacunas, não permitiu precisar com certeza esses recortes temporais. A partir desta investigação, foi possível constatar que, desde o ano de 1928, a construção ou a reforma de edificações sem o emprego de platibandas passou a acarretar o pagamento de taxas mais elevadas, no montante de 50% sobre o valor locativo do imóvel. Este valor era calculado por ano de aluguel, sempre comprovado com recibo ou fixado por um aluguel provável em caso de fraude ou falta de recibos, e levando-se em conta principalmente a capacidade, a qualidade e localidade do prédio em questão (MUNICÍPIO DO HERVAL, 1929).

**Figura 4:** Planta de Herval, com a delimitação do perímetro de cobrança de impostos por casas e terrenos que não se encontravam rebocados (MUNICÍPIO DO HERVAL, 1932, 1929, 1926)



Fonte: Acervo digital dos autores (2020)

**Figura 5:** Edificações construídas ou reformadas nesse período, em que foi possível identificar a data nas platibandas.



Fonte: Acervo digital dos autores (2020)

A categoria Impostos possibilitou uma leitura da ambiência urbana de Herval a partir da imposição de regramentos para a ordenação do espaço público da cidade. Destacou-se, nessas determinações, a alteração da paisagem urbana a partir da inserção de platibandas em novas edificações, conferindo à cidade um aspecto de modernização. Além disso, incentivou-se a alteração da feição luso-brasileira da arquitetura preexistente, reforçando esse aspecto (Figura 6).

**Figura 6:** Edificações que persistiram com os beirais aparentes, evidenciando a linguagem luso-brasileira que, pela supressão dos beirais, foi modificada na área central da cidade



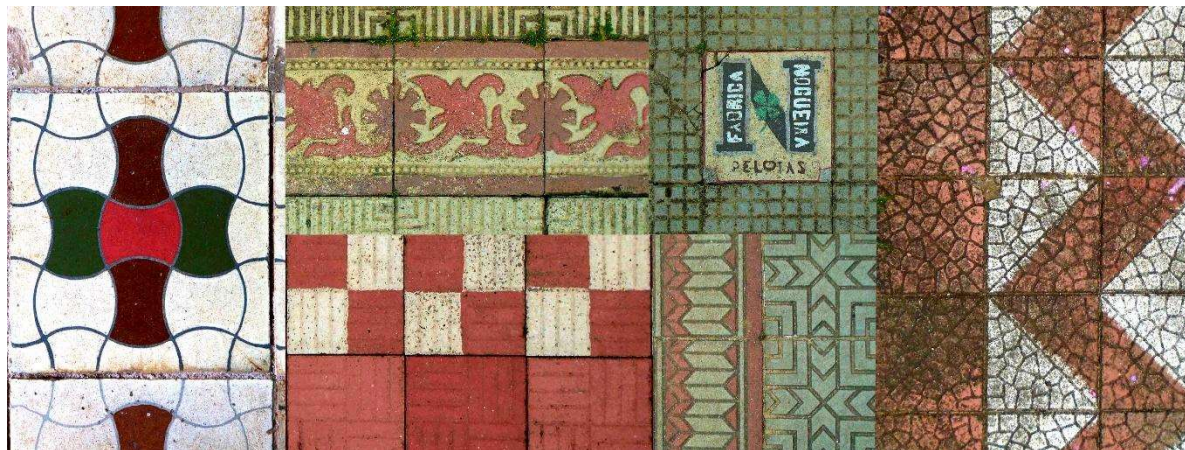
Fonte: Acervo digital dos autores (2020)

Os registros indicavam, ainda, que a administração municipal incentivava os proprietários a qualificar o espaço público, a partir de incentivos àqueles que construíssem os passeios em frente às suas casas. A documentação indicava a utilização do novo sistema mosaico e previa, inicialmente, isenção de 50% do valor do imposto predial. No período de 1914 a 1931, essa isenção passou a ser de 2 anos. O emprego de mosaicos referia-se, provavelmente, aos tapetes obtidos através da composição dos pavimentos de ladrilho hidráulico (Figura 7) empregados nas demais cidades da região. A



documentação de alguns remanescentes encontrados na cidade indica a procedência desses elementos (nesse caso, da Fábrica Nogueira, localizada na cidade de Pelotas/RS).

**Figura 7:** Montagem de trechos de calçadas pavimentadas com ladrilho hidráulico em Herval



Fonte: Acervo digital dos autores (2020)

Em 1905, diversas ruas passaram a ser definidas através de sarjetas, obras que se tornaram comuns nos anos seguintes. A colocação dessas peças definia o limite entre as calçadas e o leito da via (rua). A demarcação das sarjetas repercutia, de certa forma, as preocupações que existiam em relação à demarcação dos alinhamentos prediais. A análise possibilitou ainda identificar o incentivo da administração pública quanto à implementação de equipamentos de lazer (cinema e teatro) e de hospedagem (hotel). Não foi possível identificar na documentação se essas obras foram implementadas no período estudado.

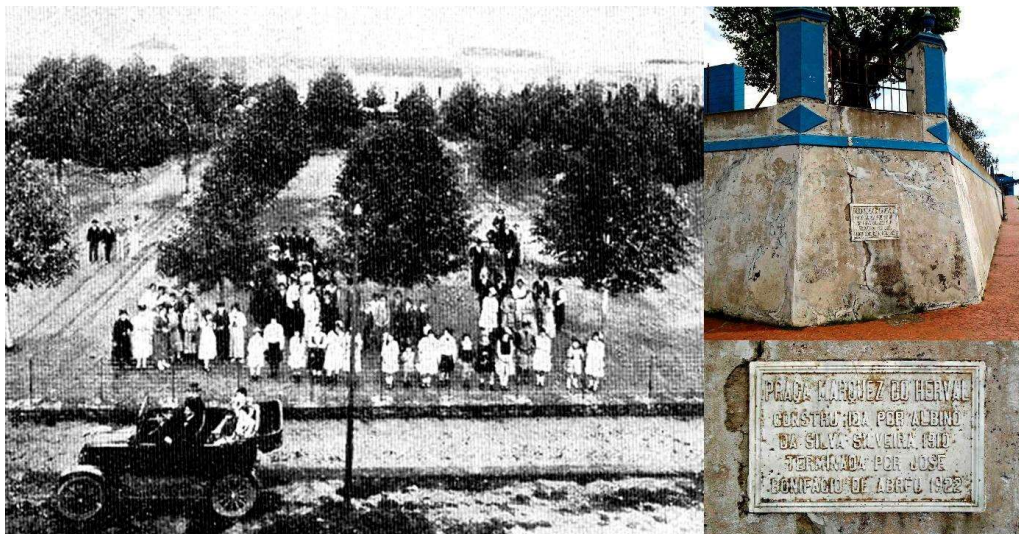
## 6. As Possibilidades de Leitura a partir da Categoria Obras Públicas

A investigação sobre as obras públicas, a partir das indicações encontradas na documentação disponível, tornou possível reconhecer algumas obras representativas da cidade de Herval. Esse fato foi constatado tanto no âmbito urbano quanto no arquitetônico, e permitiu, a partir da interlocução entre as obras identificadas na cidade e os dados históricos referentes a elas, apreender a ambiência que se conformava nas primeiras décadas do século XX em Herval.

As principais obras públicas descritas nos relatórios foram intervenções na praça Marquês do Herval e a construção da edificação da Intendência Municipal e da Usina Elétrica, além da instalação de um moinho de trigo movido a energia elétrica. Além disso, aspectos como a iluminação pública, a construção do ramal ferroviário e as obras nas vias públicas (abertura de novas ruas, pavimentação e instalação de sistemas de drenagem de águas pluviais) foram expressivos nesse período.

As intervenções na praça principal da cidade (Figura 8) foram exemplos significativos identificados nessa categoria. Isso porque esse espaço arborizado configura-se como um importante marco urbano (LYNCH, 1960). A definição dessa ambiência aparece desde a primeira documentação gráfica encontrada, a planta da vila de 1898.

**Figura 8:** Vista da praça Marquês do Herval, com vista do muro edificado nas últimas décadas do século XX e detalhe da placa de inauguração da obra.



Fonte: COSTA (1922), p.65; Acervo digital dos autores (2019)

A praça é um elemento morfológico importante na conformação das cidades (LAMAS, 2000), especialmente no século XIX. No seu entorno instalam-se as principais edificações da localidade. Em Herval, destaca-se a presença da Igreja Matriz, da Intendência Municipal, do telégrafo, do cinema e do hotel, além das edificações destinadas ao comércio e serviço. Aragão caracteriza essas transformações que ocorreram no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX.

Na passagem da cidade colonial para a cidade imperial ou republicana [...] surgiram os postes de iluminação e outros tipos de mobiliário urbano. As praças deixaram de ser os espaços vazios (ou adros) situados em frente às igrejas, delimitados pela fachada das construções, sem ajardinamento ou arborização, com a função de local de encontro e reunião, passando a ser o espaço delimitado por ruas, ajardinado e arborizado, com funções de estar, passagem e contemplação (ARAGÃO, 2017, p.54-55).

Essa transformação pode ser verificada em Herval. Segundo a Lei nº 16, de 22 de setembro de 1901, a área recebeu sua primeira iluminação, cercamento e arborização em 1901 (MUNICÍPIO DO HERVAL, 1901). Além disso, anos mais tarde, em 1928, a praça recebeu uma obra de aprimoramento (Figura 8), tendo seus muros levantados e rebocados (MUNICÍPIO DO HERVAL, 1929). A reforma a que o relatório se refere são os muros de arrimo existentes na face norte e em parte das faces nordeste e noroeste da área verde, nas ruas Marechal Deodoro, Quinze de Novembro e Júlio de Castilhos, respectivamente. Em 1907 determinou-se o rebaixamento das calçadas na rua Quinze de Novembro, uma das ruas que delimita a principal praça de Herval, a leste.

As informações analisadas indicaram ainda as decisões relativas à construção do prédio da Intendência Municipal, cuja efetivação demorou ainda alguns anos. Em 1901, o intendente relatou que, apesar de ter sido autorizado a emitir apólices no valor de 10:000\$000 (dez contos de réis) para a compra ou construção de um prédio para funcionamento da Intendência, não lançou essas apólices pois não queria contrair dívidas para o município (MUNICÍPIO DO HERVAL, 1901).

Alguns anos mais tarde essa questão volta a ser motivo de atenção por parte da administração municipal de Herval, com a indicação da necessidade de verba para a compra ou construção de uma edificação para a Intendência (MUNICÍPIO DO HERVAL, 1904). No final da década, foi lançada a



pedra fundamental da construção da Intendência (Figura 9) e do Quartel, assentada em 24 de fevereiro de 1909 (MUNICÍPIO DO HERVAL, 1909).

**Figura 9:** Intendência Municipal. Registro fotográfico da época de inauguração da obra. Detalhe da placa de inauguração e foto atual da fachada da edificação.



Fonte: COSTA (1922, p. 63); Acervo digital dos autores (2019)

Outras obras públicas foram citadas, como a fundação de uma usina elétrica em 1924 (Figura 10), que permitia o funcionamento de um moinho de trigo movido a eletricidade. A usina foi responsável pela implantação da iluminação pública através da energia elétrica. A documentação pesquisada apontava que, nos anos anteriores, desde 1918, a vila era iluminada somente em noites de festas, bailes e outras diversões, devido ao alto preço do querosene. A instalação do sistema de iluminação possibilitou uma nova maneira de vivenciar o espaço público.

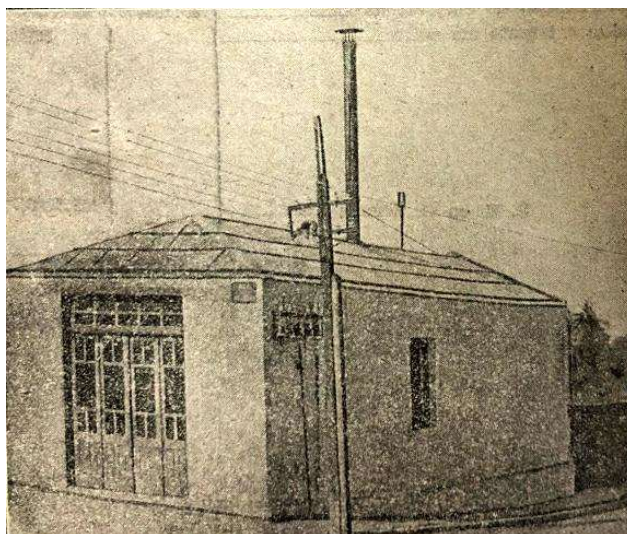
De um modo geral, o amplo desfrute do tempo noturno é novidade que se desenvolve no século XIX, com o crescimento e urbanização das cidades. As reformas que se verificaram na plástica das grandes capitais europeias tornaram a rua bonita e confortável. Pouco a pouco, espaços públicos passaram a funcionar como prolongamento de ambientes privados (CONSTANTINO, 1994, p.67)

Na escala urbana, identificou-se a colocação dos primeiros bueiros na cidade, necessários em pontos estratégicos de ruas que possuíam histórico de alagamentos (MUNICÍPIO DO HERVAL, 1901). A execução dessas obras permitiu identificar a preocupação do poder público em relação às vias importantes da urbe, buscando qualificá-las de forma que melhorassem o cotidiano dos hervalenses.

Entre as vias que receberam esse melhoramento destacam-se as ruas Bonifácio Nunes e Júlio de Castilhos (em 1901) e, nos anos seguintes, a Rua Dr. Carlos Barbosa (1905). No final da década de 1920 a Intendência ampliou o traçado da Rua Carlos Barbosa além dos limites da planta de 1898, conectando-a com o cemitério. Esse trecho atualmente denomina-se Rua Luísa C. Nunes.

Apesar da primeira planta da vila indicar uma nomenclatura das ruas vinculada à toponímia do local, as vias que ligavam a vila ao cemitério não possuíam nomenclaturas referentes a esses locais, como foi comum em outras localidades. Em alguns casos, as vias de acesso às necrópoles poderiam ser denominadas de forma que representassem sentimentos frente à morte, como Av. da Consolação, Av. da Saudade ou R. da Meditação, ligados ao campo santo, como R. da Boa Morte, R. dos Mortos, R. das Flores ou R. do Cemitério, e ainda ligadas a santos da Igreja Católica, como Av. Nossa Senhora de Fátima, R. São Roque ou R. Bonfim.

**Figura 10:** Usina elétrica fundada em 1924.



Fonte: MUNICÍPIO DO HERVAL (1929, p. 56)

Informações como aberturas e reparos de ruas, aterros e nivelamentos evidenciaram a atuação do poder público local no âmbito urbano. Essa situação era recorrente no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Nesse sentido, salienta-se a importância do papel do arruador, responsável pela definição dos alinhamentos e da ordenação urbana.

Em relação à conexão da vila com as localidades mais próximas, destaca-se a arrematação de passos (para fins de cobrança de impostos), assim como a construção de pontes e conserto de estradas. Nessa perspectiva, a documentação pesquisada trouxe à tona o grande estímulo industrial que poderia ser resultado da construção do ramal férreo da *Southern Brazilian* em 1907, que ligava Herval à cidade de Jaguarão.

Outra categoria de análise trata das informações relativas aos cemitérios. A partir dos dados apontados pelos respectivos intendentess, identificou-se a existência de três necrópoles em Herval durante os séculos XIX e XX: Cemitério da Irmandade de São João Batista, Cemitério Municipal – ou do Santíssimo Sacramento (localizados próximos ao perímetro urbano de Herval) (Figura 11) – e Cemitério de Santo Amaro (localizado na área rural).

Ao explorar os dados relativos a esses cemitérios foi possível constatar que, na grande parte do período estudado (entre os anos de 1898 e 1931), as práticas funerárias representavam uma atividade que se auto sustentava, gerando inclusive lucros na maioria dos anos. Isso ocorria porque os serviços sepulcrais referentes ao transporte dos mortos em carroças, a compra de terrenos de forma perpétua ou por determinado período e os sepultamentos, por exemplo, geravam lucros expressivos. Anteriormente à separação entre vivos e mortos, os lucros eram obtidos pelas irmandades religiosas, não sendo contabilizados pelas administrações municipais.

A localização dos cemitérios no século XIX foi alterada em função das políticas higienistas que se propagavam pelo mundo e que previam a retirada das necrópoles dos centros urbanos. No Brasil, legislações como a Carta Régia de 1801 e a Lei de 1º de Outubro de 1828 instruíam essa separação (LOUREIRO, 1976; COLEÇÃO, 1878), o que pôde ser observado em Herval. Isso porque os cemitérios de São João Baptista e o Municipal estavam afastados da malha urbana definida na Figura 2, ficando um mais ao norte e o outro a oeste.

**Figura 11:** Cemitério da Irmandade São João Batista e Cemitério do Santíssimo Sacramento.

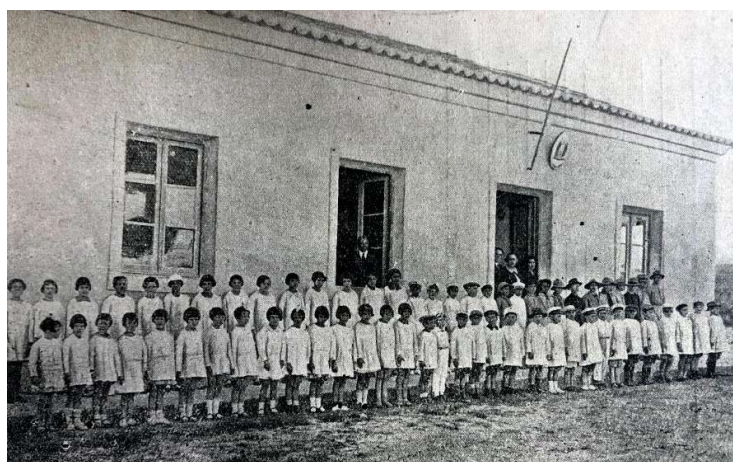


Fonte: Acervo digital dos autores (2019)

## 7. As Possibilidades de Leitura a partir das Categorias Instrução Pública e Salubridade

Algumas informações, como as vinculadas à instrução pública, permitiram identificar a quantidade, o tipo e a qualidade das edificações destinadas às aulas. Em 1905, a documentação indicava a existência de quatro aulas públicas estaduais de ensino primário (uma masculina, duas femininas e uma mista), uma aula municipal mista e três colégios de iniciativa particular. O número de aulas era insuficiente para a população nessa data (MUNICÍPIO DO HERVAL, 1904). Alguns anos mais tarde foi possível encontrar a documentação fotográfica de um grupo escolar, provavelmente implementado para suprir essas necessidades (Figura 12).

**Figura 12:** Grupo escolar dirigido pela Exma. D. Minervina Rev. Victoria, organizado em 1926, datado de 30 de junho de 1926.



Fonte: MUNICÍPIO DO HERVAL (1929) p. 43

Cabe destacar que não foi possível até o momento identificar a localização do grupo escolar, mas observa-se na imagem (Figura 12) que a construção possuía beiral no arremate da cobertura. Essa situação pode ser um indício de que a edificação se encontrava em uma área periférica da cidade, onde as ordenações não fossem tão rigorosas.





O início da década de 1930 coincide com o último documento encontrado sobre a administração municipal. A temática da instrução pública aparece bastante detalhada nesse texto, indicando uma situação pouco favorável às atividades educacionais. No relatório constava que a maioria dos prédios escolares não reuniam condições higiênicas adequadas, apontando que as aulas funcionavam em salas pequenas, com poucas aberturas, dificultando a ventilação e a iluminação dos ambientes. O documento ainda explicita a situação das escolas de diversas localidades da zona rural e urbana de Herval.

A caracterização da salubridade do município também está presente em praticamente todos os relatórios da intendência. Entre os anos 1899 e 1931, intervalo em que ocorreram epidemias como a Peste Bubônica (1899), a Febre Tifoide (1875-1916), a Gripe Espanhola (1918) e a Tuberculose (1874-1930), em Herval a saúde da população era considerada pelos Intendentes como excelente, sem registro de casos epidêmicos na documentação pesquisada.

A construção de um banheiro carrapaticida demonstra a preocupação com a proliferação de doenças no meio rural (MUNICÍPIO DO HERVAL, 1924). Apesar disso, destaca-se que em 1928 não havia uma empresa de asseio público que removesse as matérias fecais dos domicílios. A documentação pesquisada indicava ainda a carência de água encanada e apontava que a água utilizada pela população era proveniente do arroio Herval, que era bebedouro de milhares de animais (ovinos, bovinos e cavalares). Essa situação era preocupante, uma vez que, a qualquer momento, poderia disseminar entre a população uma peste contagiosa (MUNICÍPIO DO HERVAL, 1929). Em 1931, o último documento pesquisado indica a importância da construção de um reservatório com filtros junto à fonte d'água, ao mesmo tempo que reconhece o custo de uma obra desse porte (MUNICÍPIO DO HERVAL, 1932). Essa informação refere-se, provavelmente, à caixa d'água metálica localizada próxima ao cemitério do Santíssimo Sacramento.

A partir das categorias de investigação determinadas para a análise dos documentos encontrados, foi possível compreender aspectos significativos de Herval no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Sendo assim, os registros históricos corroboraram para demonstrar que os relatórios são uma importante fonte de investigação primária no campo da Arquitetura e do Urbanismo.

## **8. Encaminhamentos**

Os questionamentos iniciais desta investigação apontavam duas inquietações: a) se era possível, a partir da documentação pesquisada, compreender as obras públicas implantadas em Herval nas primeiras décadas do século XX e b) se a compreensão dessas obras auxiliaria nas tomadas de decisão em relação aos bens patrimoniais passíveis de reconhecimento e valoração.

Essa inquietação baseava-se no fato de que a documentação encontrada era seriada, mas com lacunas que poderiam dificultar a análise. Outra limitação consistia na dificuldade de cotejar os dados oficiais com outras fontes de informação. Além disso, o teor da documentação poderia ou não contribuir para a identificação de informações detalhadas, que permitissem a compreensão das temáticas que estavam sendo abordadas.

Essas questões perpassaram as reflexões aqui apresentadas e suscitaram novas inquietações, algumas contempladas neste estudo e outras que fomentaram novas investigações, em especial em relação à área rural de Herval.

Os resultados encontrados indicaram que a análise tornou possível o entendimento e a identificação das questões que estavam sendo abordadas. Cada categoria de informações, ao ser analisada,



permitiu construir uma narrativa do local e identificar focos de interesse existentes no município. A identificação de intervenções e/ou construções de obras importantes, como as obras na praça e as edificações da Intendência Municipal e da usina foram significativas. Mas além das obras propriamente ditas, intervenções na cidade, como as construções de calçadas em mosaico (ladrilho hidráulico) e a definição das vias públicas, através da demarcação das sarjetas (provavelmente de pedras de granito) permanecem até hoje na ambiência urbana e são expressivas na paisagem do local.

Dessa forma, o estudo conseguiu apontar algumas questões que repercutem nas tomadas de decisão sobre a identificação e a valoração do patrimônio cultural da cidade de Herval. Essa documentação que permaneceu ao longo do tempo, apesar de possibilitar somente uma leitura oficial dos fatos, contribuiu para a compreensão do que ocorria na cidade no período estudado, servindo como instrumento de reconhecimento do local e auxiliando nas tomadas de decisão que pretendem orientar as políticas públicas voltadas à salvaguarda do patrimônio cultural hervalense.

## 9. Agradecimentos

Agradecemos aos integrantes da equipe do projeto de pesquisa Inventário do Patrimônio Arquitetônico da cidade de Herval, Rio Grande do Sul - Brasil, que se dispuseram a conhecer Herval e documentar, através de registros fotográficos, o patrimônio cultural da cidade.

Agradecemos à Taciana Ança Evaristo, que nos auxiliou na digitalização e tratamento das imagens da documentação primária utilizada neste estudo.

Agradecemos à Prefeitura Municipal de Herval, que nos auxiliou com o transporte da equipe até a cidade de Herval, em especial ao arquiteto e urbanista Márcio Poersch, que esteve sempre disposto a auxiliar a equipe do projeto de pesquisa.

Agradecemos aos funcionários do Centro de Documentação do Centro de Estudos e Investigações em História da Educação (CEDOC - CEIHE), núcleo de pesquisa vinculado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas, que possibilitaram o acesso ao material pesquisado.

Agradecemos aos funcionários da Biblioteca Borges de Medeiros, vinculada à Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, e da Seção de Documentação das Subchefias Jurídica e Legislativa da Casa Civil do Estado do Rio Grande do Sul pelo auxílio na consulta aos acervos documentais, de forma remota, no período de pandemia causado pela Covid19.

## 10. Referências

ARAGÃO, Solange de. **Ensaio sobre a casa brasileira do século XIX**. 2. ed. São Paulo: Blucher, 2017. Disponível em: <https://www.blucher.com.br/livro/detalhes/ensaio-sobre-a-casa-brasileira-do-seculo-xix-1244/arquitetura-e-design-117>. Acesso em: 2 dez. 2020.

ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa Histórica: teoria e método**. Bauru: Edusc, 2006.

COLEÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL. **Parte Primeira**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1878. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio>. Acesso em: 30 jan. 2017.

COLLECÇÃO DAS LEIS E RESOLUÇÕES DA PROVINCIA DE S. PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL. Lei Nº 1488, de 13 de novembro de 1885. Aprova o Código de Posturas da Câmara Municipal da Vila de S. João Baptista do Herval, contendo 140 artigos, datado de 18 de novembro de 1883. 1ª Sessão da 21ª Legislatura. Tomo 38. *In*: **Seção de Documentação das Subchefias Jurídica e Legislativa da Casa Civil do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Oficinas Typograficas do





Conservador, 1887.

CONSTANTINO, Núncia Santoro. **A conquista do tempo noturno**: Porto Alegre “moderna”. Estudos Ibero-Americanos. PUCRS, v. XX, n. 2, p.65-85, dez.1994. <https://doi.org/10.15448/1980-864X.1994.2.29002>

COSTA, Alfredo da (Org.). **O Rio Grande do Sul (completo estudo sobre o Estado)**. Obra histórica, descritiva e ilustrada. Volume II. Porto Alegre: Oficinas Graphicas da Livraria do Globo/Barcellos, Bertaso & Cia., 1922. 502 p.

IBF - INSTITUTO BRASILEIRO DE FLORESTAS. **Bioma Pampa**. 2020. Disponível em: <https://www.ibflorestas.org.br/bioma-pampa>. Acesso em: 14 dez. 2020.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Bases e referências**. 2020a. Disponível em: <https://mapas.ibge.gov.br/bases-e-referenciais.html>. Acesso em: 14 dez. 2020.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Herval - Histórico**. 2020b. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/herval/historico>. Acesso em: 14 dez. 2020.

FORTES, Amyr Borges; WAGNER, João Baptista Santiago. **História administrativa, judiciária e eclesiástica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: [s.n.], 1963.

LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

LIVRO de Atas da Arquidiocese de Porto Alegre. Registro do Alvará de Criação da Nova Freguesia de São João Baptista do Herval. *In*: **Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre**. Porto Alegre: s.n.; [18--]. p. 82-83.

LOUREIRO, Maria Amália Salgado. **Origem histórica dos cemitérios**. São Paulo: Secretaria de Serviços e Obras da Prefeitura Municipal de São Paulo, 1976.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. Lisboa: Edições 70, 1960.

MEDEIROS, Manoel da Costa. **História do Herval**: descrição física e histórica [Manuscrito não impresso. *In*: Secretaria Municipal de Educação de Herval. Rio Grande: [s.n.], 1927.

MEDEIROS, Manoel da Costa. **História do Herval: descrição física e histórica**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia de São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul; Herval: Prefeitura Municipal, 1980.

MUNICÍPIO DO HERVAL. ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 16, de 22 de setembro de 1901, Orça a receita e fixa a despesa do Município de Herval para o exercício de 1902**. Jaguarão: Typ do Comércio, 1901. 28 p.

MUNICÍPIO DO HERVAL. ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 20, de 21 de setembro de 1904, Orça a receita e fixa a despesa do Município de Herval para o exercício de 1905**. Jaguarão: Typ do Comércio, 1904. 19 p.

MUNICÍPIO DO HERVAL. ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 33, de 21 de setembro de 1909, Orça a receita e fixa a despesa do Município de Herval para o exercício de 1910**. Pelotas: Oficinas typographicas da Livraria Americana, 1909. 27 p.



MUNICÍPIO DO HERVAL. ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Lei de orçamento nº 50 para o exercício de 1925, Mensagem apresentada ao conselho municipal, em sessão de 20 de setembro de 1924, pelo intendente Coronel Samuel Siqueira Claro Junior.** Jaguarão: Livraria e typographia de C. Resem, [1924?]. 53 p.

MUNICÍPIO DO HERVAL. ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Lei de orçamento nº 53 para o exercício de 1927, Mensagem apresentada ao conselho municipal, em sessão de 20 de setembro de 1926, pelo intendente Capitão Alfredo L. de Avila.** Jaguarão: Liv. e Typ. de F. Souza Resem, [1926?]. 39 p.

MUNICÍPIO DO HERVAL. ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Lei do orçamento número 55 de 21 de dezembro de 1928, para o exercício de 1929. Mensagem apresentada ao “Conselho Municipal”, em sessão de 20 de setembro de 1928, pelo intendente Major Francisco Américo de Assis Gonçalves. Relatório do Intendente Capitão Alfredo Leopoldo de Ávila correspondente ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1927 e 1º de janeiro a 31 de agosto de 1928.** Pelotas: Barcellos Bertaso & Cia, 1929. 50 p.

MUNICÍPIO DO HERVAL. ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Lei Nº 58 que orça a Receita e fixa a Despesa do Município do Herval, no exercício de 1932. Relatório apresentado pelo Capitão Malvino Pires da Fontoura Prefeito Municipal ao Exmo. General Antônio Flores da Cunha Interventor Federal em 31 de dezembro de 1931.** Jaguarão: Liv e Typ. de F. S. Resem, [1932?]. 67 p.

SÃO JOÃO BAPTISTA DO HERVAL. ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Lei Nº 13, de 28 de dezembro de 1898. Orça a receita e fixa a despesa do Município de São João Baptista do Herval para o exercício de 1899.** Pelotas: Livraria Universal, 1899. 25 p.

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, PROJETO E MEIO AMBIENTE. **Mapa Urbano Básico.** 2020. Arquivo digital.

SEPLAN-RS. Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional - Departamento de Planejamento Governamental (SEPLAN-RS/DEPLAN). **Perfis - Regiões Funcionais de Planejamento.** Porto Alegre: SEPLAN-RS/DEPLAN, 2015. Disponível em: <https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/15134058-20150319163519perfis-todos.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2020.

SILVA, Getúlio Dorneles Fernandes da. **Herval/RS: origens e primórdios.** Porto Alegre: Evangraf, 2017.

WEIMER, Günter. **A arquitetura.** 3. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999. [Síntese rio-grandense; 12-13]

WEIMER, Günter. **Origem e evolução das cidades rio-grandenses.** Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2004.

## Notas:

Embora tenham sido identificados 14 relatórios entre os anos de 1899 e 1932, apenas oito deles foram referenciados ao longo do texto. Porém, todos os exemplares foram analisados para uma melhor compreensão sobre as



tomadas de decisões da administração pública de Herval. Os documentos analisados e que se encontram na lista de referências são dos anos de 1899, 1901, 1905, 1909, 1924, 1926, 1929 e 1932. Já os não listados nas referências são dos anos de 1903, 1904, 1907, 1907 (Houve duas publicações no mesmo ano, uma delas referente ao orçamento para o ano de 1907 e outra para o ano de 1908), 1914 e 1918.

### **Aline Montagna da Silveira**

Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pelotas (1994), especialização em Patrimônio Cultural: Conservação de Artefatos pela Universidade Federal de Pelotas (1999), mestrado em Educação pela Universidade Federal de Pelotas (2001) e doutorado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (2009). Professora Associada da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas. Pesquisadora do Núcleo de Estudos de Arquitetura Brasileira (NEAB/FAUrb/UFPel). Professora no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU/UFPel), na Linha de Pesquisa Teoria, História, Patrimônio e Crítica. Participa dos grupos de pesquisa do CNPq Forma Urbana e Estudos de Patologias e Materiais (NEPAMET).

**Contribuição de autoria:** Concepção; Análise; Coleta de dados; Metodologia; Supervisão; Visualização; Redação – rascunho original; Redação - revisão e edição.

### **Anderson Pires Aires**

Mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas (PROGRAU / UFPel, 2018), junto à área de concentração Arquitetura, Patrimônio e Sistemas Urbanos e à linha de pesquisa Teoria, História, Patrimônio e Crítica. Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da mesma IES. Desempenhou pesquisas junto ao Programa de Educação Tutorial entre maio de 2010 e fevereiro de 2014 durante o período da graduação. É cofundador do grupo de pesquisa e inventário cemitério Lorem Memoria Mortis (LoMoRis). Desenvolve estudos com foco na história da arquitetura e da cidade do século XIX e relacionados à arquitetura, ao urbanismo, à arte e à história das cidades cemiteriais oitocentistas e secularizadas.

**Contribuição de autoria:** Concepção; Análise; Coleta de dados; Metodologia; Visualização; Redação – rascunho original; Redação - revisão e edição.

### **Luísa Paganini Stein**

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas (FAUrb/UFPel). Voluntária no Núcleo de Estudos de Arquitetura Brasileira (NEAB), da FAUrb/UFPel.

**Contribuição de autoria:** Análise; Coleta de dados; Visualização; Redação – rascunho original; Redação - revisão e edição.

### **Ana Lúcia Costa de Oliveira**

Graduação em Escola de Belas Artes pela Universidade Federal de Pelotas (1972), graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1977), mestrado em Arquitetura pela EESC/Universidade de São Paulo (1986), doutorado PROPUR/UFRGS. Professora Associada da Universidade Federal de Pelotas. Coordenadora do Núcleo de Estudos de Arquitetura Brasileira-



NEAB/FAUrb/UFPel. Professora no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo-PROGRAU/FAUrb/UFPel, na Linha de Pesquisa Teoria, História, Patrimônio e Crítica. Coordenadora grupo de pesquisa do CNPq Forma Urbana. Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em Planejamento e Projeto do Espaço Urbano, atuando principalmente, nos seguintes temas: inventários do patrimônio arquitetônico, patrimônio ambiental urbano, tipologia arquitetônica, estudos morfotológicos, indicadores urbanísticos para políticas de gestão, graus de descaracterização e níveis de preservação.

**Contribuição de autoria:** Análise; Coleta de dados; Visualização; Redação – rascunho original.

**Como citar:** SILVEIRA et al. O Patrimônio Cultural da Cidade de Herval/RS - Brasil: Investigações a partir da Documentação Histórica. Revista Paranoá.n.32, jan/jun 2022. DOI 10.18830/issn.1679-0944.n32.2022.08

**Editores responsáveis:** Maria Cristina da Silva Leme, Daniela Ortiz, Liz Sandoval e Carolina Pescatori.